



ALUNOS DO CURSO discutem os temas com o coordenador Yves Lesbaupin (de barba e óculos)

Direitos humanos em debate

Curso de especialização na UFRJ para 30 profissionais

Angelina Nunes

• O medo, a violação dos direitos humanos e a insegurança vividos por vítimas e testemunhas estão sendo discutidos durante um curso na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O curso de especialização começou na segunda-feira passada e tem prazo previsto para término em fevereiro de 2001. Esta é mais uma etapa do Programa Nacional dos Direitos Humanos, aprovado pelo Governo federal em maio de 1996. Os alunos, em sua maioria, são advogados, assistentes sociais e psicólogos que trabalham com pessoas que tiveram seus direitos violados.

Segundo o coordenador do curso, Yves Lesbaupin, doutor em sociologia, o curso foi dividido em três módulos, numa carga horária total de 360 horas/aulas. Serão discutidos o panorama histórico dos direitos humanos no Brasil e no mundo, além capacitação profissional. Será feito ainda um balanço do Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita). Ao final, os alunos vão preparar monografias.

Os 30 profissionais inscritos no curso foram selecionados pelo Provita. Eles vieram

dos estados de Pará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da equipe de Gerência de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

— No Brasil, os direitos humanos foram muito atingidos na última década. Houve um crescimento do desemprego, além do aumento da jornada de trabalho, que é visto por alguns como uma evolução, mas é um retrocesso. O Rio de Janeiro está nessa conjuntura— disse o coordenador do curso.

Para ele, a situação das últimas cinco décadas não foi alterada:

— A desigualdade social foi percebida tanto em fases de crescimento econômico como em fases de recessão.

O Governo federal está investindo nessa área. Um exemplo é a liberação de recursos extras de R\$ 220 mil para os sete estados onde o Provita já está implantado. Nos outros três estados, onde o programa está em fase de implantação, haverá uma verba de R\$ 160 mil para cada um. Com os novos recursos o Governo pretende dobrar o número de pessoas atendidas pelo programa.